

STJ00120626

RINALDO MOUZALAS DE SOUZA E SILVA

# **AUTOTUTELA PRIVADA NO DIREITO BRASILEIRO**

Londrina/PR  
2024

  
**THOTH**  
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na  
Publicação (CIP)



Silva, Rinaldo Mouzalas de Souza e.  
Autotutela Privada no Direito Brasileiro.  
/Rinaldo Mouzalas de Souza e Silva. --  
Londrina, PR: Thoth, 2024.

331 p.

Bibliografias: 305-331

ISBN: 978-65-5959-769-7

1. Autotutela Privada. 2. Direito Brasileiro;  
3. Extinção Contratual: I. Título.

CDD 341.46

**Diagramação e Capa:** Editora Thoth  
**Revisão:** Ingrid Cruz de Souza Neves  
**Editor chefe:** Bruno Fuga

**Índices para catálogo sistemático**

1. Direito Processual Civil: 341.46

**Conselho Editorial (Gestão 2024)**

Prof. Dr. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Piviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Dr. Gustavo Osna • Prof. Me. Júlio Alves Caixeta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Ricardo Genelhú • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

# SUMÁRIO

---

SOBRE O AUTOR.....	7
APRESENTAÇÃO.....	9
PREFÁCIO.....	11
INTRODUÇÃO.....	17

## CAPÍTULO 1

CONCEITO DE AUTOTUTELA EXERCIDA PELO PARTICULAR.....	23
1.1 Considerações prévias.....	23
1.2 Estudos doutrinários acerca da autotutela pelo particular.....	28
1.2.1 Itália.....	28
1.2.2 México.....	35
1.2.3 Chile.....	36
1.2.4 Peru.....	39
1.2.5 Brasil.....	40
1.3 Constatações parciais.....	46
1.4 Arremate da seção.....	48

## CAPÍTULO 2

EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA NO DIREITO PRIVADO.....	51
2.1 Considerações prévias.....	51
2.2 Argumentos para admitir o exercício da autotutela.....	52
2.2.1 Previsão expressa do sistema para algumas hipóteses e tolerância para outras não previstas expressamente.....	52
2.2.2 Impossibilidade de oferta tempestiva e plena de prestação jurisdicional.....	58
2.2.3 Suficiência da certificação.....	71
2.2.4 Disputa por bens jurídicos imateriais e aperfeiçoamento das técnicas de realização de direito, mesmo que relacionadas a bens materiais.....	80
2.2.5 Afirmação da autonomia privada como fonte de obrigações.....	82
2.2.6 Possibilidade de controle jurisdicional.....	91
2.2.7 Imposição de respeito às esferas jurídicas.....	96
2.2.8 Redução de custos para o Estado e para as partes da relação jurídica....	103
2.3 Argumentos para não admitir o exercício da autotutela.....	107

2.3.1 Monopolização da atividade jurisdicional .....	107
2.3.2 Violação ao devido processo legal .....	116
2.3.3 Exercício da autotutela constituiria estímulo à violência com consequente comprometimento da ordem pública e perturbação da paz social .....	120
2.4 Constatações parciais .....	134
2.5 Arremate da seção .....	135

### **CAPÍTULO 3**

<b>HIPÓTESES DE EXERCÍCIO DE AUTOTUTELA PELO PARTICULAR NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO</b> .....	137
3.1 Considerações prévias .....	137
3.2 Hipóteses de autorizado uso da autotutela pelo particular no direito brasileiro .....	138
3.2.1 Suspensão de obrigação contratual .....	138
3.2.2 Extinção contratual .....	142
3.2.3 Direito de desistência .....	149
3.2.4 Restrição de crédito .....	151
3.2.5 Aplicação de penalidades típicas .....	153
3.2.6 Apropriação de quantias pecuniárias ou de bens em pagamento ou em indenização .....	155
3.2.7 Retenção .....	157
3.2.8 Apreensão e retenção de bens para posterior constituição de penhor legal .....	163
3.2.9 Compensação .....	166
3.2.10 Expropriação .....	169
3.2.11 Averbação premonitória .....	180
3.2.12 Saída de sócio em sociedade por prazo indeterminado .....	182
3.2.13 Exclusões .....	184
3.2.14 Desforço imediato para reintegração e para manutenção de posse .....	192
3.2.15 Corte de raízes e de ramos de árvores que ultrapassem extremas de prédios .....	197
3.2.16 Ingresso em imóvel vizinho para reparação, construção, reconstrução e limpeza ou para apoderamento de coisas e de animais .....	199
3.3 Hipóteses de admitido uso da autotutela .....	201
3.3.1 Interdição de uso contra condômino ou possuidor antissocial .....	204
3.3.2 Imissão em posse de bem abandonado .....	206
3.3.3 Desconto realizado por depositário .....	207
3.3.4 Expropriação por pacto marciano .....	209
3.3.5 Aplicação de medidas coercitivas atípicas .....	214
3.3.6 Realização de direitos potestativos .....	215
3.3.7 Situações urgentes .....	217
3.4 Constatações parciais .....	218
3.5 Arremate da seção .....	221

**CAPÍTULO 4**

INSTITUTOS JURÍDICOS ASSEMELHADOS À AUTOTUTELA.....	223
4.1 Considerações prévias.....	223
4.2 Institutos de usos admitidos.....	223
4.2.1 Legítima defesa.....	224
4.2.2 Estado de necessidade.....	232
4.3 Institutos de usos proibidos.....	237
4.3.1 Exercício arbitrário das próprias razões.....	237
4.3.2 Abuso de direito.....	247
4.3.3 Pacto comissório.....	249
4.4 Institutos estrangeiros assemelhados.....	253
4.4.1 <i>Ação directa</i> do direito português.....	253
4.4.2 <i>Selbsthilfe</i> do direito alemão.....	256
4.5 Constatações parciais.....	258
4.6 Arremate da seção.....	259

**CAPÍTULO 5**

LIMITES AO EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA.....	261
5.1 Considerações prévias.....	261
5.2 Razoabilidade.....	264
5.3 Proporcionalidade.....	269
5.4 Constatações parciais.....	273
5.5 Arremate da seção.....	273

**CAPÍTULO 6**

PRESSUPOSTOS E REQUISITOS AO EXERCÍCIO DA AUTOTUTELA NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO.....	275
6.1 Considerações prévias.....	275
6.2 Apresentação e análise dos pressupostos e dos requisitos identificados pela doutrina.....	276
6.3 Apresentação e análise de outros pressupostos e requisitos não identificados pela doutrina.....	284
6.4 Categorização e sistematização dos pressupostos e dos requisitos da autotutela.....	288
6.5 Constatações parciais.....	291
6.6 Arremate da seção.....	291

**CAPÍTULO 7**

CONCEITO DE AUTOTUTELA PELO PARTICULAR NO DIREITO PRIVADO BRASILEIRO.....	293
7.1 Considerações prévias.....	293
7.2 Conceito de autotutela pelo particular no direito privado.....	293

7.3 Futuras perspectivas .....	298
7.4 Últimas constatações .....	300
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	301
REFERÊNCIAS.....	305